

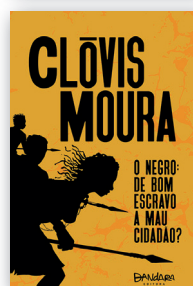
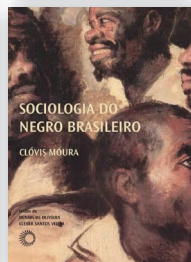
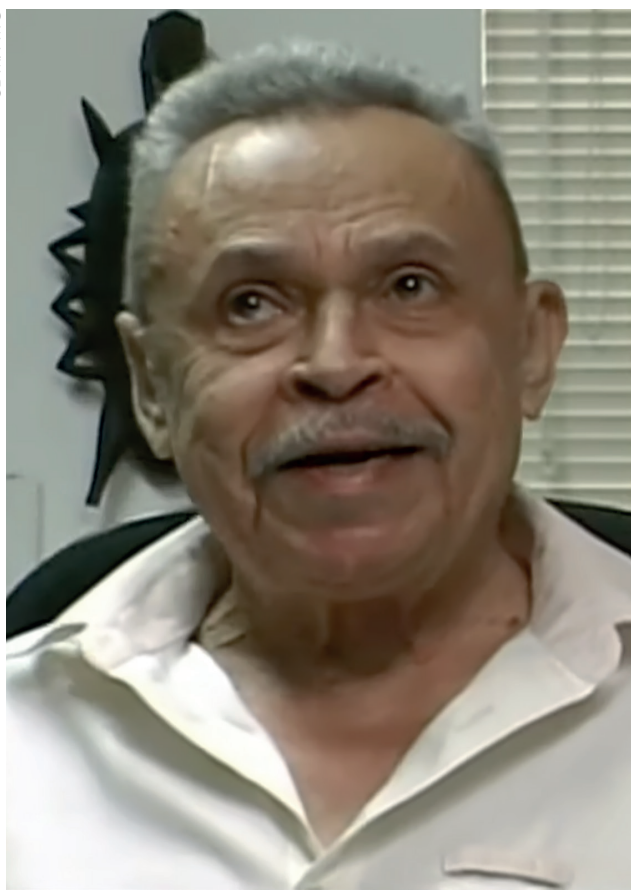
Barragens de peneiramento e a racionalidade racial do Estado brasileiro no pensamento de Clóvis Moura

Screening dams and the racial rationality of the Brazilian State in Clóvis Moura's thought

richard santos*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.174.011>

CDM/FMG



Clóvis Moura, sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro (1925-2003), ladeado por obras de sua autoria, como *Rebeliões da senzala*.

RESUMO

O artigo revisita o pensamento de Clóvis Moura a partir dos conceitos de *barragens de peneiramento* e *quilombagem*, buscando compreender a racionalidade racial que estrutura o Estado brasileiro. Argumenta-se que tais categorias oferecem ferramentas fundamentais para explicar os mecanismos históricos e contemporâneos de contenção da população negra, bem como as formas de resistência coletiva que emergem diante desse processo. As *barragens de peneiramento* são interpretadas como dispositivos de exclusão social e racial que, desde o início do período pós-abolicionista, atuam para limitar a mobilidade da maioria negra, mesmo em contextos de mérito ou qualificação. Já a *quilombagem* é apresentada como força insurgente e contínua, que ultrapassa o espaço histórico dos quilombos e se manifesta em práticas políticas, culturais e comunitárias de enfrentamento do racismo estrutural. A reflexão evidencia a atualidade da obra mouriana no enfrentamento da exclusão social, articulando-se a debates contemporâneos sobre necropolítica, racismo estrutural e resistência negra na América Latina e no Caribe.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Racismo estrutural. Barragens de peneiramento. Quilombagem. Estado brasileiro.

ABSTRACT

This article revisits Clóvis Moura's works through the categories of *barragens de peneiramento* (screening dams) and *quilombagem* (a form of black insurgent maroon praxis and collective resistance against racial capitalism), aiming to understand the racial rationality underpinning the Brazilian State. It argues that these concepts are crucial to explain both historical and contemporary mechanisms of containment imposed on the Black population, as well as the collective forms of resistance that emerge in Brazilian and Latin American societies. *Screening dams* are interpreted as mechanisms of structural social and racial exclusion that, since the beginning of the post-abolition period, have systematically operated to restrict the mobility of the Black majority, regardless of merit, effort, or qualification. In contrast, *quilombagem* is analyzed as a living and insurgent force, which goes beyond the historical space of maroon communities and manifests itself in political, cultural, and community-based practices of resistance against racial domination. By articulating these categories, the reflection highlights the contemporary relevance of Moura's thought in confronting structural racism and social exclusion, while situating it within broader debates on necropolitics, structural racism, and Black resistance across Latin America and the Caribbean.

Keywords: Clóvis Moura. Structural racism. Screening Dams. *Quilombagem*. Brazilian State.

1. INTRODUÇÃO

O pensamento de Clóvis Moura (1925-2003) permanece como um dos mais consistentes e ousados esforços de interpretação das contradições estruturais da sociedade brasileira, sobretudo no que tange à permanência do racismo como elemento estruturante do pacto civilizatório nacional. Ao longo de sua obra, Moura desafia tanto o mito da democracia racial quanto os marcos teóricos do marxismo ortodoxo, propondo uma leitura radical da formação social brasileira, em que raça e classe são inseparáveis. É desse escopo que emerge o conceito de *barragens de peneiramento*, uma chave analítica potente e pouco explorada, mas que oferece grande capacidade explicativa para entender os mecanismos contemporâneos de contenção da população negra no Brasil.

Clóvis Moura formula esse conceito ao observar que a abolição da escravatura em 1888 não foi seguida por nenhuma política sistemática de inserção dos negros¹ no mercado de trabalho, no sistema educacional ou na vida política do país. Pelo contrário, o regime escravista foi substituído por uma nova ordem social que se utilizava de artifícios institucionais, simbólicos e territoriais para impedir o avanço da maioria negra. A imagem da “barragem” funciona aqui como metáfora e como diagnóstico sociológico. Assim como uma barragem interrompe o curso natural de um rio, os dispositivos do Estado e da sociedade brasileira operaram — e ainda operam — como filtros que interrompem as trajetórias de ascensão da população negra, mesmo nos contextos em que essa população demonstra resistência, mérito ou qualificação. Como explica Moura (2004), trata-se de um sistema de contenção cuja função é manter o negro em condição de subalternidade, independentemente do seu esforço individual.

Na obra *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, publicada originalmente em 1977, o autor desenvolve essa tese ao analisar o período pós-abolicionista e demonstrar como o negro foi progressivamente criminalizado, marginalizado e desumanizado nas novas estruturas sociais do capitalismo periférico brasileiro. A tese central da obra é que, ao abolir formalmente a escravidão sem promover reformas estruturais, o Estado brasileiro apenas deslocou o lugar social da população negra: do cativo legal ao cativo informal da marginalidade. A metáfora da peneira complementa a da barragem ao indicar que, mesmo quando há mobilidade possível, ela é restrita a uma minoria aceita socialmente, enquanto a maioria é sistematicamente rotulada, rejeitada e excluída.

A força desse conceito reside em sua capacidade de apreender o racismo não como desvio moral ou atitude individual, mas como política de Estado e forma de organização social. As barragens de peneiramento estão presentes na exclusão educacional, no racismo institucional das polícias, na ausência de infraestrutura nas comunidades periféricas, no mercado de trabalho segmentado racialmente, na mídia que invisibiliza sujeitos negros e na tecnologia que replica algoritmos racializados. Moura antecipa, nesse sentido, uma crítica estrutural que só mais recentemente vem sendo reconhecida em obras como *Racismo estrutural* (Almeida, 2019) e *Racismo recreativo* (Moreira, 2019).

O próprio conceito de *racismo estrutural*, amplamente difundido na atualidade, guarda relação direta com as formulações de Moura. Quando Almeida afirma que o racismo está presente na estrutura fundadora das instituições brasileiras, ele de certo modo ecoa

¹ Adotarei o termo *negro*, conforme o IBGE, para tratar da população de descendentes de africanos no Brasil e de afrodescendentes, quando abordar a temática no exterior, América Latina em especial.

O pensamento de Clóvis Moura (1925-2003) permanece como um dos mais consistentes e ousados esforços de interpretação das contradições estruturais da sociedade brasileira, sobretudo no que tange à permanência do racismo como elemento estruturante do pacto civilizatório nacional

aquilo sobre o que Moura já alertava ao mostrar que não existe Estado “neutro” em sociedades racialmente hierarquizadas. O que há, segundo Moura, é um Estado racial que opera como administrador de barragens sociais invisíveis. A seletividade penal, a evasão escolar concentrada, a desigualdade salarial e a violência policial são alguns dos exemplos de como essas barreiras operam de maneira continuada.

Se nas décadas de 1950 a 1980 as barragens se materializavam em práticas como a negação de acesso à terra, o trabalho informal e a criminalização da cultura negra, hoje elas se reconfiguram em formatos mais sofisticados e menos perceptíveis. Um dos exemplos contemporâneos mais relevantes está no campo da tecnologia. A chamada *discriminação algorítmica*, ou *racismo algorítmico*, tem sido identificada por estudiosos como Safiya Noble e Tarcízio Silva, que analisam como os algoritmos de busca e decisão automatizada tendem a replicar padrões racistas historicamente construídos. Quando uma plataforma de crédito nega financiamento com base em dados enviesados, ou quando sistemas de segurança reconhecem prontamente pessoas negras como suspeitas, temos novas formas de peneiramento social em operação (Noble, 2018; Silva, 2022).

Outro terreno fértil para aplicação do conceito é a política de segurança pública. Moura, ao analisar a figura do “negro mau cidadão”, mostrou como a estrutura penal e a mídia constroem uma imagem pública da negritude como ameaça, deslocando o foco das desigualdades para a repressão. Essa lógica se atualiza nas ações policiais que promovem chacinas em favelas e nas políticas que militarizam escolas públicas em territórios negros. A barragem, aqui, atua para impedir não apenas a ascensão, mas também a própria existência física de populações consideradas indesejáveis pelo Estado.

No campo da educação, o conceito também se aplica de maneira contundente. Embora as políticas de ação afirmativa tenham promovido importantes avanços nas últimas décadas, o sistema educacional brasileiro continua marcado por desigualdades estruturais. A maior parte da juventude negra continua confinada a escolas públicas precárias, com alto índice de evasão e ensino de baixa qualidade. Mesmo quando têm acesso à universidade, estudantes negros enfrentam múltiplas formas de discriminação, desde o currículo eurocêntrico até o preconceito simbólico nos espaços acadêmicos. As cotas são, em muitos casos, janelas estreitas numa muralha de exclusão sistemática.

Moura insiste que as raras exceções — os “peneirados” que escapam da barragem — não devem ser tomadas como prova de inclusão, mas como estratégia ideológica do sistema. São figuras absorvidas seletivamente, muitas vezes sob a condição de despolitização ou de assimilação. Essa percepção é fundamental para entender por que o sucesso individual de pessoas negras não altera estruturalmente a lógica do racismo, apenas confirma a regra da contenção da maioria. A exceção serve ao discurso meritocrático e à neutralização das denúncias coletivas.

Do ponto de vista da crítica cultural, as barragens de Clóvis Moura podem ser lidas também como estratégias de controle simbólico. O apagamento de figuras históricas negras, o silenciamento das epistemologias africanas e a caracterização da cultura negra como exótica são formas de filtrar o que é permitido e o que deve ser excluído da representação pública. Nesse ponto, Moura dialoga com autores como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que denunciam a branquitude como aparato de seleção do que pode ser visível e respeitável na cultura nacional (Carneiro, 2005; Gonzalez, 1988).

A relevância do conceito de barragens de peneiramento, portanto, não está apenas em sua capacidade de descrever o passado, mas sobretudo em sua força para interpretar o presente. Trata-se de uma contribuição teórica brasileira, negra, radical e insurgente. Atualizar esse conceito significa fortalecer uma leitura da realidade que se recusa a aceitar as formas sutis de opressão como “naturais” ou “culturais”. Pelo contrário, trata-se de afirmar que as formas contemporâneas de desigualdade são fruto de escolhas políticas, estruturadas sobre um passado escravocrata que jamais foi enfrentado com seriedade.

2. TEATRO DAS SOMBRAS

É possível afirmar que o pensamento mouriano e sua práxis intelectual está focada nas desigualdades sociais estruturantes da América Latina e na formação dos Estados nacionais mantenedores da burguesia *criolla*, como classificam os hispânicos, ou seja, numa burguesia oriunda do Novo Mundo, mas com os pés e ideais fincados nas metrópoles colonizadoras. Seu conceito de barragem de peneiramento extrapola as fronteiras brasileiras, e tem aplicabilidade nos mais extensos e significativos países da América Latina e Caribe. Remete-se aqui ao *teatro das sombras*, conceito que designa a encenação histórica pela qual as elites conservadoras, oligárquicas e racistas projetam sombras sobre o cenário nacional, reconstruindo a imagem delas e da própria nação, recontando e ressignificando histórias, validando seus valores e suas representações (Igreja; Santos; Agudelo, 2023, p. 184)

Moura se debruça sobre esse processo histórico e pioneiramente nos fornece uma interpretação de base marxista para a compreensão crítica da sociedade latino-americana, e brasileira em especial.



“A abolição da escravatura em 1888 não foi seguida por nenhuma política sistemática de inserção dos negros no mercado de trabalho, na educação ou na vida política do país.”
Na foto, negros de Porto Alegre poucos anos após a abolição, 1895.

Ora, a América Latina e o Caribe compõem historicamente uma região que, embora marcada pela pluralidade cultural e étnica, é também definida pela persistência da desigualdade estrutural. Essa desigualdade, longe de ser um fenômeno conjuntural, constitui um padrão civilizatório que atravessa séculos, desde a invasão europeia, passando pela escravização em massa de povos africanos e indígenas, até a contemporaneidade. Nesse contexto, os povos afrodescendentes não apenas figuram entre os grupos mais afetados, mas ocupam um lugar central na matriz de desigualdade. O racismo estrutural, a marginalização política e a exclusão econômica consolidaram-se como elementos fundadores das sociedades latino-americanas e caribenhas (Igreja; Santos; Agudelo, 2023).

Portanto, reconhecer esse legado e estudá-lo criticamente, desfantasiando-o, implica considerar que a região, embora celebre retoricamente a mestiçagem e a democracia racial, viveu e vive processos sistemáticos de exclusão. Esses mecanismos têm como função manter a população negra em posições subalternizadas, mesmo diante de uma aparente abertura para sua ascensão social. Essa perspectiva é essencial para compreender por que, mesmo após décadas de políticas multiculturais, os afrodescendentes seguem desproporcionalmente afetados por desigualdades em saúde, educação, moradia e renda.

O tráfico transatlântico de africanos escravizados, que transportou mais de 10 milhões de pessoas, constitui o mais violento deslocamento populacional forçado da história. Desses, 5 milhões chegaram ao Brasil, convertendo-o no território que mais recebeu africanos nas Américas (Morgan, 2017). Mas esses homens e mulheres não foram apenas vítimas: reconstruíram culturas, religiosidades e resistiram cotidianamente ao cativo. Quilombos, “palenques” e “cumbes”, como o quilombo de Palmares, no Brasil, e o palenque de San Basilio, na Colômbia, são exemplos de experiências de resistência e de reinvenção de formas de sociabilidade africana no continente (Carneiro, 2001; Munanga, 2001).

A Revolução Haitiana (1791-1804) representou a ruptura mais radical do sistema colonial, ao abolir definitivamente a escravidão e fundar uma república negra independente. Como recorda James (2003) em *Los jacobinos negros*, tratou-se da primeira realização concreta do ideal universal de liberdade, embora considerada “impensável” por intelectuais ocidentais da época, conforme analisa Trouillot (1997). Essa revolução marcou o imaginário político afrodescendente, insurgente, mesmo diante do isolamento e do boicote internacional impostos ao Haiti como punição exemplar.

No entanto, enquanto o Haiti experimentava o triunfo da insurgência, a maioria das repúblicas latino-americanas recém-independentes mantinha intacta a exclusão dos povos negros e indígenas. Embora esses grupos tenham participado das guerras de independência, suas demandas não foram incorporadas nas novas constituições nacionais. Ao contrário, prevaleceu o mito do cidadão universal, supostamente alheio a diferenças de cor e origem, mas que na prática invisibilizava o racismo (Gros, 1997; Wade, 1997).

A ideologia da democracia racial, consolidada no século XX, sobretudo no Brasil, reforçou esse apagamento. Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, descreveu a mestiçagem como fundamento de uma convivência harmoniosa (Freyre, 2001). No entanto, é nesse ambiente de constituição da nacionalidade brasileira, em meados do século XX, que surge Moura (1959) com seu pioneiro e seminal *Rebeliões da senzala*.

3. INTELECTUAL INSURGENTE

Clóvis Moura ingressou de forma contundente na cena intelectual brasileira em 1959, com a publicação de *Rebeliões da senzala*. Sua obra rompeu com a narrativa hegemônica da escravidão como instituição aceita passivamente pelos escravizados, revelando a centralidade das lutas e insurreições negras como motor histórico. Moura desestabilizou o “teatro das sombras” produzido pelas elites brancas, que encenavam a escravidão apenas como um sistema de submissão. Sua análise histórico-sociológica desnudou a violência estrutural, a agência dos escravizados e os mecanismos de ocultamento do racismo, antecipando debates sobre a branquitude e o racismo estrutural que ainda reverberam no presente.

A contribuição de Clóvis Moura é ainda mais importante porque rompe com uma tradição intelectual brasileira marxista que sempre tratou a questão racial como secundária ou derivada da questão de classe. Ao inverter essa lógica, Moura mostra que a racialização é constitutiva do capitalismo brasileiro e que, sem uma crítica antirracista radical, não haverá transformação estrutural real. As barragens de peneiramento são, nesse sentido, dispositivos do capital racializado e da manutenção de uma ordem social excludente, disfarçada de inclusão.

Em tempos de recrudescimento do autoritarismo, avanço do neoliberalismo e banalização das mortes negras, retomar Clóvis Moura é mais do que um exercício acadêmico: é uma tarefa ética e política. O conceito de barragens de peneiramento continua a operar com precisão analítica, denunciando a engenharia social que impede a maioria negra de obter acesso pleno a direitos, espaços de decisão e dignidade cidadã. Tratar Moura como um clássico vivo é reconhecer que sua obra ainda está em disputa, assim como o futuro da população negra no Brasil.



“Ao mostrar que o Estado decide, com base em critérios racializados, quem deve viver e quem deve morrer, Mbembe oferece uma chave de leitura poderosa para os massacres nas periferias brasileiras, o encarceramento em massa e a política de segurança pública orientada para a eliminação da juventude negra. Moura antecipava esse diagnóstico.”

4. QUILOMBAGEM

A superação das barragens de peneiramento, tais como formuladas por Clóvis Moura, não pode ser compreendida apenas como o rompimento individual de determinadas barreiras sociais. Ao contrário, para o autor, a verdadeira ruptura com a lógica racializada do Estado brasileiro reside na quilombagem — conceito que transcende a dimensão histórica do quilombo como espaço geográfico de refúgio e o reposiciona como categoria de análise e práxis política da insurgência negra coletiva.

A quilombagem, em Moura, designa a ação contínua, difusa e histórica de enfrentamento da ordem escravocrata e seus desdobramentos. Não se trata apenas da fundação de quilombos como o de Palmares, mas de uma lógica de existência e resistência social: toda forma de organização negra que desafia a normatividade do sistema escravocrata e seus herdeiros pós-abolicionistas pode ser considerada uma expressão de quilombagem (Moura, 1994).

Nesse sentido, a quilombagem não é um fato passado, mas uma força viva, reconfigurada em contextos diversos — nas greves classistas, nos terreiros de candomblé, na organização estudantil e de trabalhadores das universidades, nas rodas de capoeira, nas escolas de samba, nos coletivos periféricos, nos movimentos por moradia e nos espaços de reinvenção por políticas públicas de reparação racial.

Ao longo de sua obra, Clóvis Moura faz questão de afirmar que o negro nunca foi sujeito passivo da dominação, desmentindo o mito da aceitação pacífica da escravidão e da “harmonia racial” no Brasil. A produção historiográfica tradicional cumpriu um papel ideológico ao invisibilizar revoltas e insurgências, reforçando a imagem de uma população dócil e integrada ao projeto nacional. Contra isso, Moura resgata os levantes, as fugas, os motins



“A metáfora da peneira complementa a da barragem ao indicar que, mesmo quando há mobilidade possível, ela é restrita a uma minoria aceita socialmente”

e as formas cotidianas de desobediência como expressão do que denomina de *quilombismo sociológico* — um processo orgânico de reação social negra à dominação estrutural (Moura, 1981). A quilombagem, nesse sentido, constitui uma força social antissistêmica, de origem subterrânea e marginal e emergindo de forma muitas vezes difusa, mas que expressa a potência política da *maioria minorizada*, conforme Santos (2020).

É justamente nesse ponto que o conceito de quilombagem se articula como uma resposta radical às barragens de peneiramento. Se estas funcionam como mecanismos de contenção, neutralização ou assimilação, a quilombagem opera como prática de ruptura, fuga e reterritorialização simbólica e material. Ela afirma a autonomia dos negros ante as tentativas de subalternização, recusando o lugar de “peneirados” reservado a eles e propondo um outro modo de existência social, baseado em princípios de solidariedade, ancestralidade, autodefinição e resistência comunitária.

Essa chave de leitura é especialmente fecunda na contemporaneidade, quando se observam múltiplas formas de quilombagem urbana e periférica nas metrópoles brasileiras. As ocupações culturais negras, os coletivos de *hip-hop* com pautas políticas, as redes de solidariedade antirracistas, as mobilizações por cotas raciais e equidade e os movimentos feministas negros são herdeiros contemporâneos da quilombagem. Ainda que muitas vezes desprovidos de formalização ou visibilidade institucional, esses movimentos atuam como forças centrífugas contra as barreiras institucionais que persistem em conter os sujeitos negros. Como pontua Moura, a quilombagem se constrói na contramão da ordem vigente, sendo necessariamente “fora da cerca” — não por acaso, o quilombo se localiza fora da plantação, da cidade, da ordem legal (Moura, 1994).

É possível ainda aduzir uma dimensão epistemológica da quilombagem, que se inscreve na disputa de narrativas e de imaginários. As barragens também operam pelo silenciamento da memória negra e pela exclusão das contribuições civilizatórias africanas da historiografia e dos currículos escolares. Portanto, aquilombar-se é também reativar essas memórias e recontar a história do Brasil a partir do ponto de vista dos “vencidos” — como propunha Benjamin (1987) —, mas numa chave afrocêntrica. Projetos como o de Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, por exemplo, podem ser lidos como formas intelectuais e políticas de quilombagem, pois propõem novas fundações ontológicas, epistêmicas e políticas para a existência negra em território brasileiro.

A atualidade do conceito também se reafirma diante da ofensiva do neoliberalismo e do racismo institucionalizado. A quilombagem, nesse contexto, ressurge como necessidade coletiva: ela fornece uma chave de organização autônoma em face da destruição de direitos sociais, da precarização da vida e da mercantilização da subjetividade. Se o Estado neoliberal racializa o acesso à educação, à saúde, à cultura e ao território, o retorno à lógica de coletividade quilombola permite reativar formas de cuidado, subsistência, aprendizado e enfrentamento que escapam às “peneiras” das políticas focalizadas e meritocráticas.

Dessa forma, a quilombagem não é apenas contra o Estado, mas vai além dele. Ela funda zonas autônomas de sentido e organização, reativando saberes e práticas que foram alvo da violência epistêmica do colonialismo. Como ensina Clóvis Moura, a quilombagem não é uma evocação do passado, mas uma proposta de futuro: é o gesto que rompe com a estrutura da casa-grande e refunda o pertencimento com base na resistência. Ao se apresentar como alternativa às barragens que reproduzem a ordem racial vigente, a quilombagem denuncia e desestabiliza as estruturas do capital racializado.

Nesse sentido, é possível afirmar que Clóvis Moura nos oferece, com os conceitos de barragens de peneiramento e quilombagem, uma ontologia da resistência negra. A luta antirracista, na sua perspectiva, não pode ser reduzida à inclusão simbólica ou ao reconhecimento individual. Trata-se de uma luta por reestruturação profunda da sociedade, baseada na insurgência coletiva dos que sempre foram barrados pelo sistema. Aquilombar-se, portanto, é desviar das peneiras e construir pontes, refazer caminhos, abrir clareiras no meio do mato fechado da ordem dominante. E é essa possibilidade, esse gesto radical de negação da contenção e de afirmação da liberdade, que torna o pensamento de Clóvis Moura imprescindível para o Brasil do século XXI.

A quilombagem, em Moura, designa a ação contínua, difusa e histórica de enfrentamento da ordem escravocrata e seus desdobramentos. Não se trata apenas da fundação de quilombos como o de Palmares, mas de uma lógica de existência e resistência social

Moura insiste que as raras exceções — os “peneirados” que escapam da barragem — não devem ser tomadas como prova de inclusão, mas como estratégia ideológica do sistema. São figuras absorvidas seletivamente, muitas vezes sob a condição de despolitização ou de assimilação. Essa percepção é fundamental para entender por que o sucesso individual de pessoas negras não altera estruturalmente a lógica do racismo

5. PERCEPÇÕES INCONCLUSIVAS

Clóvis Moura produziu uma obra aberta, no sentido indicado por Eco (1991). Assim, para celebrar o centenário do autor piauiense, é mais do que obrigatório desenvolver um opúsculo que vá além das divisões clássicas e apresente uma conclusão. Sua obra proporciona interpretações futuras para temáticas do porvir e, destarte, percepções inconclusivas.

Revisitar o Clóvis Moura de dois dos seus mais profícuos e aplicáveis conceitos, em minha percepção, *barragens de peneiramento* e *quilombagem*, é mais do que revisitar sua trajetória intelectual e militante: é reinscrevê-lo numa constelação crítica de pensadores e pensadoras do Sul Global que, a partir da experiência colonial e racial, forjaram categorias teóricas de enfrentamento da modernidade ocidental excludente. Moura, sociólogo, historiador e pensador insurgente, insere-se no mesmo horizonte epistêmico de Frantz Fanon, Angela Davis, Paul Gilroy, Achille Mbembe, Sueli Carneiro, Afeni Shakur, Lélia Gonzalez, Denise Ferreira da Silva, Amílcar Cabral, Aimé Cesaire, Walter Rodney, Alberto Guerreiro Ramos e Grada Kilomba, entre outras e outros. Ao lado desses nomes, de ontem e de hoje, construiu uma crítica radical que desmonta os mecanismos históricos de contenção da população negra e antecipa formas contemporâneas de insurgência coletiva. Desafiou o pacto racial da república brasileira, denunciou a abolição inconclusa, concebeu os conceitos de *barragens de peneiramento* e *quilombagem* como categorias de análise e ação política e pôs o negro como sujeito de sua própria história.

Desde *Rebeliões da senzala*, Moura (1959) desloca a historiografia brasileira ao demonstrar que os escravizados foram sujeitos insurgentes, estrategistas de revoltas, fundado-

Alan Turing



Ao lado, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga em União dos Palmares (AL); abaixo, o palenque de San Basilio, na Colômbia

Mike Polischuk



res de formas autônomas de organização — e não meras vítimas passivas da opressão. Essa perspectiva se conecta diretamente com a crítica de Fanon ao colonialismo, sobretudo em *Pele negra, máscaras brancas* (Fanon, 1952) e *Os condenados da terra* (Fanon, 1961), obras em que o autor martinicano recusa as soluções conciliatórias das elites coloniais e propõe a ruptura revolucionária como único caminho para a descolonização real. Tal como Fanon, Moura compreende que o racismo não é um subproduto do capitalismo, mas um de seus fundamentos nas sociedades periféricas. Ambos denunciam as elites nacionais dos países colonizados ou ex-escravistas por operarem sob uma lógica de contenção dos setores populares negros, ora pela força, ora pela ideologia.

É nesse ponto que a obra de Clóvis Moura se aproxima das análises de autores como Achille Mbembe, cuja teoria da necropolítica atualiza o debate sobre o racismo estrutural nas sociedades contemporâneas. Ao mostrar que o Estado decide, com base em critérios racializados, quem deve viver e quem deve morrer, Mbembe (2018) oferece uma chave de leitura poderosa para os massacres nas periferias brasileiras, o encarceramento em massa e a política de segurança pública orientada para a eliminação da juventude negra. Moura antecipava esse diagnóstico ao denunciar o genocídio negro operado por meio da violência letal do Estado e da precarização da vida cotidiana.

A interseção entre racismo e sistema penal também aproxima Moura do pensamento de Angela Davis. Em suas obras, Davis (2016; 2022) evidencia que o complexo industrial-prisional estadunidense é herdeiro direto da escravidão e que o encarceramento em massa da população negra constitui uma continuidade lógica do cativo. Moura, em perspectiva brasileira, identificou essa mesma lógica na atuação seletiva do sistema penal ao mostrar que a criminalização da pobreza e da negritude integra o projeto de modernização excludente da

República. Para ambos, a liberdade negra não será garantida por reformas pontuais, mas por uma reorganização radical das estruturas de poder.

Outra dimensão da obra mouriana que dialoga com o pensamento crítico contemporâneo está na crítica à ideologia da democracia racial. Moura demonstrou que a narrativa de que negros e brancos convivem harmoniosamente no Brasil é uma construção ideológica que mascara as desigualdades estruturais e desmobiliza as lutas por reparação. Essa crítica foi aprofundada por Carneiro (2011), que introduz a dimensão de gênero e mostra como a epistemologia branca e masculina exclui duplamente a mulher negra — como sujeito de conhecimento e como agente político. Se Moura denunciou a exclusão histórica da população negra, Carneiro revelou a sobreposição dessa prática a outras formas de opressão, operando um giro interseccional fundamental.

Do ponto de vista da crítica da modernidade, Moura também antecipa as formulações de Denise Ferreira da Silva. Para essa autora, a racionalidade moderna é constituída racialmente, e o sujeito universal da modernidade é, na verdade, um sujeito branco, europeu e masculino (Silva, 2009). Ao analisar o colonialismo, o escravismo e o liberalismo jurídico como dispositivos articulados da dominação racial, Denise Ferreira propõe a ideia de uma “formação global da raça”. Clóvis Moura, ao descrever a escravidão como base fundamental do capitalismo dependente no Brasil, já fornecia os elementos para essa leitura, mesmo que sem usar essa nomenclatura. A sua análise da economia colonial, da divisão racial do trabalho e da criminalização do negro são expressões concretas do que Denise teoriza em escala global.

Do campo da memória e da subjetividade, Moura também encontra interlocução com Grada Kilomba, autora que tem estabelecido a memória da escravidão como campo de disputa epistemológica e existencial. Kilomba (2019), em *Memórias da plantação*, mostra como narrar a própria história é um gesto de desobediência epistêmica às narrativas coloniais. Moura, muito antes, já havia afirmado que a memória negra é insurgente e que o quilombo, mais do que um espaço físico, é uma forma de organização social, cultural e política baseada na autonomia e na luta contra a ordem dominante. Sua noção de quilombagem — o movimento permanente de resistência negra ao longo da história brasileira — converge para a proposta de Kilomba de fazer da narrativa uma prática de liberdade.

Nesse sentido, Clóvis Moura pode ser lido como um precursor do que Paul Gilroy viria a sistematizar no conceito de *Atlântico negro*. Em *The black Atlantic*, Gilroy (1993) rompe com os nacionalismos metodológicos e propõe uma abordagem transnacional das culturas negras da diáspora, destacando a circulação de ideias, práticas e resistências. Moura, ao compreender os quilombos como expressão da resistência transatlântica e ao analisar a escravidão como sistema mundial, já operava nessa lógica antes mesmo da formalização acadêmica do conceito. O Brasil, em sua leitura, não poderia ser explicado sem se considerarem o tráfico transatlântico, os levantes africanos, as conexões com o Caribe, a influência do pan-africanismo e os modos próprios de produção de conhecimento dos povos negros.

Dessa forma, Moura insere-se no centro de um pensamento insurgente que nasce das margens, mas que redesenha o centro. Suas categorias — como barragens de peneiramento, quilombagem, abolição inconclusa — são ferramentas teóricas que rompem com a epistemologia branca e produzem leituras desde o lugar da exclusão. Seu compromisso não era com a neutralidade acadêmica, mas com a justiça histórica. Por isso, pensar Clóvis

Moura hoje, num Brasil ainda marcado por desigualdades estruturais, é pensar também um país repleto de iniciativas de resistência, de educação popular, de cultura negra, de insurgência cotidiana.

Nos dias atuais, em que o racismo se reorganiza por meio de algoritmos, políticas de austeridade, encarceramento em massa, controle dos territórios periféricos e precarização do trabalho, a obra de Clóvis Moura permanece atual. Seus conceitos nos permitem compreender a persistência da desigualdade racial sob novas formas — digitais, gerenciais, discursivas — e, ao mesmo tempo, oferecem um horizonte de ação coletiva, inspirado nos quilombos, nas revoltas e nas práticas comunitárias negras.

Clóvis Moura não foi apenas um cronista da tragédia brasileira. Foi, sobretudo, um formulador de saídas. Ao conceber a quilombagem como prática viva de resistência, ele nos convoca à ação política que se recusa à assimilação e que aposta na construção de um outro mundo possível, forjado na solidariedade, na memória viva e na insurgência dos de baixo. É por isso que seu centenário não deve ser apenas lembrado, mas disputado. Seu pensamento está vivo, em marcha, em disputa — e nos serve hoje, mais do que nunca, como bússola para enfrentar os novos rostos do velho colonialismo.

* Doutor em Ciências Sociais com recorte em Estudos Latino-Americanos pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB). Docente e pesquisador lotado no Centro de Políticas Públicas e Tecnologias Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Coordenador do Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo (GP-PNC) da UFSB.

► Texto recebido em 10 de setembro de 2025; aprovado em 22 de novembro de 2025.

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. 1).
- CARNEIRO, Edison. Singularidades dos quilombos. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Ufal, 2001. p. 11-20.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2022.
- _____. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ECO, Umberto. **Obra aberta**: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. Tradução Giovanni Cutolo. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991. (Coleção Debates).
- FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**. Paris: François Maspero, 1961.
- _____. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, 1952.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, [1933] 2001.
- GILROY, Paul. **The black Atlantic**: modernity and double consciousness. London: Verso, 1993.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GROS, Christian. Indigenismo y etnicidad: el desafío neo-liberal. In: URIBE, María Victoria; RESTREPO, Eduardo (Ed.). **Antropología en la modernidad**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología, 1997. p. 13-60.
- IGREJA, Rebeca Lemos; SANTOS, Richard; AGUDELO, Carlos. Race and racism in Latin America and the Caribbean: a crossview from Brazil. In: IGREJA, Rebeca Lemos; NEGRI, Camilo (Ed.). **Latin America in perspective**: society, culture and politics. Berlin; Boston: Walter de Gruyter; GmbH, 2023. v. 1, p. 156-157.
- JAMES, C. L. R. **Los jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture y la Revolución de Haití. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen Livros; Sueli Carneiro, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- MORGAN, Philip D. **African American slavery in the Americas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, 1983.
- _____. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão?. 1. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- _____. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão?. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004.
- _____. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Zumbi, 1959.
- _____. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**. São Paulo: Ática, 1981.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Ufal, 2001. p. 21-34.
- NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. New York: NYU Press, 2018.
- SANTOS, Richard. **Maioria minorizada**: um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020. (Coleção Pensamento Negro Contemporâneo).
- SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022. (Coleção Democracia Digital).
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**: power and the production of history. Boston: Beacon Press, 1997.
- WADE, Peter. **Race and ethnicity in Latin America**. London: Pluto Press, 1997.